



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão De Finanças e Tributação

REQUERIMENTO Nº , DE 2021 (Do Sr. Jerônimo Goergen)

Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: *“Atualização da tabela de imposto de renda e do teto do lucro presumido”*.

Prezados Senhores,

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de Audiência Pública, nesta Comissão Permanente, para discutir o tema “Atualização da tabela do imposto de renda e do teto do lucro presumido”.

Para tanto, sugiro que sejam convidados:

1. Representante da Receita Federal do Brasil;
2. Representante do Ministério da Economia;

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação visa debater sobre a atualização da tabela do imposto de renda e do teto do lucro presumido.

A última correção da tabela do imposto de renda aconteceu no ano de 2015. A não atualização desta tabela tem levado os brasileiros a pagarem mais imposto a cada ano. É importante corrigir os valores da tabela do imposto de renda, visto que a defasagem inflacionária média é de 95,46%, segundo o Sindifisco. Essa ação acarretaria em uma diminuição do número de contribuintes obrigados a pagar o imposto de renda. A





CÂMARA DOS DEPUTADOS

demora em realizar a atualização da tabela do imposto de renda faz com que os contribuintes passem a pagar uma alíquota maior em relação ao ano anterior.

No tocante ao teto do lucro presumido, a sua atualização possibilitará que novas empresas se utilizem ou se mantenham na sistemática de Lucro Presumido.

Desta feita, pretende-se ampliar a discussão e esclarecer dúvidas acerca da atualização da tabela do imposto de renda e do teto do lucro presumido.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala das Comissões, 19 de março de 2021.

Deputado Jerônimo Goergen

Apresentação: 19/03/2021 10:37 - CFT

REQ n.2/2021

Documento eletrônico assinado por Jerônimo Goergen (PP/RS), através do ponto SDR_56505, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

